

**Revista Outras Fronteiras entrevista João Paulo Rodrigues
que fala sobre “HISTÓRIA e NARRATIVAS”**

Por

Cristiano Antonio dos Reis,
Debora Cristina dos Santos Ferreira¹,
Leonice Bazzi do Nascimento,
Letícia Rosa de Almeida Leite e
Renata Costa²

Para compor o dossiê “História e Narrativas” a Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMT “Outras Fronteiras” entrevistou o Professor Doutor João Paulo Rodrigues para tratar da temática proposta para esta edição. Vinculado ao Departamento de História e ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, o entrevistado é também autor de diversos artigos e capítulos de livros, em 2012 publicou o livro “1932 pela Força da Tradição” (Annablume) e em 2013 organizou e escreveu “História: diálogos e paradigmas” (Paco Editorial), entre outras publicações, é membro da equipe editorial da revista “Territórios & Fronteiras”. Na entrevista a seguir, o professor nos brindou com sua análise acerca da narrativa e suas intersecções com a memória. Agradecemos a disponibilidade em contribuir com o diálogo sobre a temática e ainda a generosidade em se propor a um desdobramento do conceito fundamental de sua pesquisa, a memória.

Revista: Professor João Paulo, gostaríamos que o senhor nos falasse sobre sua trajetória acadêmica e quais pesquisas vêm desenvolvendo atualmente?

João Paulo: Minha formação acadêmica se deu inicialmente na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Assis/SP, no começo dos anos 2000. Na Unesp fiz a graduação em história e, logo que concluí o curso, ingressei na Pós-Graduação. Lembro-me de que foram anos de intenso aprendizado, apesar de as coisas terem acontecido depressa. Havia entrado na

¹ Débora Cristina dos Santos Ferreira é bolsista CAPES.

² Renata Costa é bolsista FAPEMAT.

Pós-Graduação para cursar o mestrado e, como os primeiros resultados da pesquisa, apresentados durante o Exame de Qualificação, haviam sido promissores, veio a possibilidade da transposição de nível para o doutorado direto. Foi uma decisão difícil, tomada em conjunto com minha orientadora, a profa. Dra. Zélia Lopes da Silva. Olhando hoje, vejo que valeu a pena. Depois disso, vieram as primeiras experiências docentes, em universidades privadas ainda no estado de São Paulo, até que me efetivei em concurso público na área de história Moderna e Contemporânea no departamento de história da UFMT. Conhecendo os riscos de encarar a vida como uma trajetória linear ou uma espécie de percurso sem descontinuidades, prefiro não ir além desse breve relato (pelo menos por enquanto...).

Atualmente, após anos dedicados ao estudo do Levante “Constitucionalista” de 1932 em São Paulo, tema que considero fascinante e do qual não me afastei inteiramente, tenho me dedicado à problemática das relações entre a memória e a narrativa histórica, sobretudo no caso da Revolução Francesa de 1789, essa revolução tão emblemática para a compreensão do mundo contemporâneo e que tanto mobilizou os historiadores e a produção do conhecimento histórico.

Revista: Qual a concepção de narrativa que o senhor utiliza?

João Paulo: Para responder à essa questão é preciso lembrar antes que os debates acerca da dimensão narrativa da história não constituem propriamente uma novidade em nossa disciplina. Questões teóricas e conceituais complexas, antigas e novas, propostas por correntes de vários países e pensadores tão diversos como Michel Foucault, Roland Barthes, Hannah Arendt, Walter Benjamin, Benedetto Croce, Robin G. Collingwood, Paul Veyne, Michel de Certeau, Dominick Lacapra, Paul Ricoeur, Hayden White, Keith Jenkins, Roger Chartier e Carlo Ginzburg, para citar apenas alguns, se cruzam nas discussões sobre a narrativa.

No entanto, pode-se dizer que o tema ganhou um novo impulso e, também, um teor de polêmica nas últimas décadas, principalmente, a partir da publicação de “Meta-História” (1973) e “Trópicos do Discurso” (1978), *best-sellers* do historiador norte-americano Hayden White. Tal foi a repercussão destas obras que os historiadores foram chamados a se posicionar. Mas o que propôs Hayden White de tão polêmico, afinal? Em geral, dentre os argumentos desse autor estavam afirmações que se contrapunham a algumas das bases do conhecimento histórico, como entendido no momento em que ele as escreveu. White

sustentou, por exemplo, que entre história e ficção não haveria oposição tão radical quanto se imaginava. Para ele, ainda que o historiador acreditasse reconstituir o passado enquanto tal em sua obra, isso não passaria de uma ilusão. Roland Barthes, por exemplo, já tinha feito provocação semelhante antes, ao propor que o fato jamais tem senão existência linguística. Isto é, a historiografia não poderia apreender o passado vivido, uma vez que o real seria produzido pelo discurso. Desencadeado o fato, a linguagem é que constituiria o sentido. Os documentos e fontes usados pelo historiador para analisar o passado, portanto, já seriam interpretações, não o passado enquanto tal. Hayden White, porém, destacaria que o que o historiador entrega ao leitor é um texto, ou seja, uma narrativa; e esta teria mais pontos em comum com a literatura do que com a ciência. Para explicar o passado com base em registros históricos fragmentários, o historiador usaria a sua imaginação e atuaria como o literato. Criaria uma estória possível, teceria um enredo, adotaria um estilo, uma estética, uma ética. O historiador, mesmo baseando-se em documentos, produziria “construções poéticas”. Ao fim e ao cabo, para White, a história não reproduz o real, mas o recria. Nisso, ela se aproxima das narrativas de ficção.

Ora, uma análise provocativa como essa não ficaria sem resposta. Enquanto alguns historiadores dialogariam ou fariam eco às ideias de White, outros, certamente mais numerosos, radicalizariam as críticas. Acho importante mencionar aqui, rapidamente, a obra de Paul Ricoeur, filósofo da história francês que ganharia notoriedade internacional na mesma época, mas por defender o realismo histórico.

Diferenciando-se de White, Ricoeur apresenta duas possibilidades de compreender o texto. A primeira, a semiologia estruturalista, seria a que aceita o texto como a própria realidade, tendo em vista que o mesmo substitui o mundo exterior dentro do seu mundo intertextual. A narrativa, então, vem a ser analisada por suas relações internas, como propõe White. Mas, para Ricoeur, esta não é a única maneira de ler um texto.

Haveria, segundo ele, a semântica hermenêutica, que recupera a dimensão de comunicação viva estabelecida pela narrativa com o mundo exterior a ela. Se um texto, de fato, possui condição semiológica, ele não se limita a isso, diz Ricoeur. O leitor interpreta e se apropria do texto; e, assim, este retorna ao mundo externo, ao mundo do leitor. Nele, a narrativa teria importante papel, na medida em que, para o autor de “Tempo e Narrativa” (em três volumes, 1983-1985), a única maneira de abordar o tempo vivido seria pela sua “imitação narrativa”. Ou seja, as intrigas que são inventadas narrativamente se constituiriam em meios para imitar a experiência temporal vivida, reunindo fatos dispersos e confusos e unificando-os

em um sistema. A narrativa seria, assim, uma forma de construção poética do tempo. O leitor então poderia nela se reconhecer e se compreender.

No entanto, conforme Ricoeur, as narrativas históricas e ficcionais não podem se confundir. O mundo do leitor é que limita a dimensão ficcional do texto histórico, ligando-o à referência exterior. Exige-se do historiador atributos diferentes do literato. Enquanto o ficcionista é livre para criar, obedecendo apenas a verossimilhança, o historiador está obrigado a procurar dados exteriores, vestígios que testemunham uma passagem; um tempo em calendário preciso; e outros elementos concretos para sustentar sua narrativa.

Assim, resumidamente, se a ambição científica da narrativa histórica tem limites, como mostra Hayden White, nem tudo no texto se encerra nele ou é ficcional, aponta Paul Ricoeur. Particularmente, a análise de Ricoeur me parece mais adequada neste ponto da discussão, por ser coerente e, ao mesmo tempo, mais abrangente. No entanto, como disse no início, esse debate é muito amplo, complexo e está longe de encerrado. As discussões resultantes da chamada história das sensibilidades, apenas para dar um exemplo, têm defendido uma escrita da história que vá além do racionalmente planejado, da narrativa estruturada pelo masculino, que fale dos corpos, dos sofrimentos e prazeres, e para fazer isso reclamam que a reflexão siga aberta, que a historiografia encontre novas formas. Naturalmente, os antagonismos a tal orientação também já se manifestam, e em escala internacional. Mas esse é um outro debate...

Revista: Vários pensadores trabalham com diferentes conceitos de memória, qual o conceito de memória utilizado em seu trabalho?

João Paulo: Sim. Há diversidade de interpretações. O rol de pensadores envolvidos se estenderia quase tanto quanto o que citei antes sobre narrativa. Na realidade, pode-se dizer que os olhares conflitantes acerca da memória são tão antigos quanto a filosofia ocidental. Em Platão e Aristóteles, por exemplo, há diferenças marcantes de avaliação quer sobre a forma de manutenção/armazenamento da lembrança ou a natureza do esquecimento. Séculos depois, poderíamos destacar o debate em torno da atribuição da recordação. Contra toda uma tradição que atribuía os processos mnemônicos ao indivíduo, o sociólogo Maurice Halbwachs marcaria época, argumentando em favor de uma memória coletiva todo-poderosa, da qual a memória individual seria apenas um ponto de vista. Esse debate se estenderia pela segunda metade do século XX, atravessando países. Nas últimas décadas, também ganhou fôlego a

discussão sobre as dimensões “voluntária” e “involuntária” da memória. Diversos pesquisadores se queixaram da atenção quase exclusiva dedicada pela historiografia inglesa e francesa, principalmente, à “memória voluntária”, aquela trazida pelo conhecimento racional, ao passo que a “memória involuntária”, que é afetiva, espontânea, inesperada, teria permanecido à sombra, relegada como mera “irracionalidade”.

Compreender essas divergências interpretativas me parece importante para definir um conceito de memória, à medida que elas ajudam a delinear quem se lembra, como se lembra e a natureza da lembrança. Mas penso que, do ponto de vista do historiador, as controvérsias a respeito das diferenças entre história e memória têm sido ainda mais destacadas. Acredito que Philippe Joutard, nesse sentido, foi preciso ao definir que memória e história são duas vias de acesso ao passado paralelas e obedientes a duas lógicas distintas. A memória, como lembrança de acontecimentos vividos, tem relação direta, afetiva com o passado, aponta ele. A história, já de saída instaura uma distância: a atitude do historiador em relação ao seu objeto o obriga ao distanciamento, a uma exterioridade. A memória é passível de esquecimentos, manipulações e construções de mitos. Ela é constituída de lembranças tanto quanto de esquecimentos. A história, dizia Jean-Pierre Rioux, é um pensamento do passado e não uma rememoração. O historiador forjou armas e codificou leis. Ele deve combater o esquecimento e as distorções do passado. Mesmo que a aproximação entre memória e história deva ser explorada e possa ser benéfica para ambas, elas não se confundem. Por isso, discordo das abordagens que tomam a história como memória social e tendem a atribuir à memória e à história as mesmas características e procedimentos. Elas são duas vias de acesso ao passado, submetidas a lógicas distintas.

Porém, mais do que escolher ou construir um conceito, penso ser importante hoje prestar bastante atenção a atitude do historiador perante a memória, isto é, como ele opera com esse conceito. Afinal de contas, é da atitude adotada por ele que depende o resultado do trabalho histórico. Acho muito interessante observar como o olhar dos historiadores para a memória tem se modificado ao longo do tempo. Durante séculos, o entendimento predominante fora o de que competia à investigação histórica escrever para impedir o esquecimento e manter viva a memória, para que a posteridade pudesse aprender com os exemplos do passado. No entanto, essa compreensão mudou no século XX. Antes de mais nada, porque ela tinha como certo que a memória refletia o que aconteceu na verdade e a história refletia a memória. Ora, os desenvolvimentos da historiografia na segunda parte do século XX, em diversos países, levaram-na a desconfiar disso e a encarar a memória com

suspeita. A coleção francesa “*Les Lieux de Mémoire*” (1984-1993), coordenada por Pierre Nora nos anos oitenta e noventa, corporificaria esse novo olhar. Mais do que desconfiar da memória, *Les Lieux* procuraria tomá-la como objeto da história, tal como outros. No coração da história trabalharia um criticismo destruidor de memória espontânea, dizia Nora. O historiador inglês Peter Burke não apontaria caminho tão diferente deste ao sugerir que a história cultural precisaria tomar a memória como fonte, passível de crítica, e como fenômeno histórico, senda para produzir uma história social do lembrar. Alguns anos depois, contudo, essa tendência parece mudar de rumo novamente. Paul Ricoeur, por exemplo, em “A memória, a história, o esquecimento” (2000), critica as tentativas de reduzir a memória a mero objeto da história. Para ele, a memória seria a matriz da história, seu solo de enraizamento, não apenas um objeto de estudo qualquer. O historiador partiria dela, já no princípio da operação historiográfica, ao acessar os arquivos, e com ela voltaria a dialogar quando sua narrativa atingisse o leitor. Ele teria, na realidade, uma função perante a memória.

Esses debates, que ora apontam a memória como objeto da história, ora como sua matriz, continuam abertos. É preciso estar atento, pois, ao tratar da memória, a historiografia toca a sociedade em pontos sensíveis. Conflitos antigos e atuais se misturam; traumas identitários e injustiças podem vir à tona. Sem dúvida, a memória não é um objeto qualquer. Seu estudo não pode ser ingênuo. Exaltá-la excessivamente ou detratá-la pela crítica podem ser igualmente perigosos.

Por fim, gostaria de acrescentar que, quando se trata de memória, é necessário admitir que estamos diante de um campo de estudo e debates internacionalizado, amplo, interdisciplinar e com o qual o historiador ainda pode aprender bastante.

Revista: Sabemos que o senhor vem trabalhando com história política. Quais seriam as influências da narrativa na história política?

João Paulo: Não seria correto, acredito, dizer que as discussões sobre o caráter narrativo da história levaram à chamada renovação da história política na França, que aconteceu nos anos seguintes ou praticamente de forma simultânea a ela. Diversos outros fatores explicam melhor o retorno da política ao foco de atenção dos historiadores de lá e daqueles que receberam suas influências. No entanto, as possibilidades abertas pelos debates sobre a narrativa certamente ajudaram a definir o tipo de “nova história política” que seria possível realizar. Sobre isso cabe uma explicação.

A história política que havia sido criticada pelos fundadores da escola dos Annales era caracterizada pelo interesse concentrado na ação de grandes personagens e dos Estados. Ela teria, assim, caráter elitista e individualista, além de restringir suas pesquisas a um leque de assuntos reduzido, com escasso diálogo interdisciplinar. O tipo de narrativa empregado por essa escola metódica, por sua vez, seria factual, permanecendo na superfície dos temas tratados. Sobre isso é que foi lançada a interdição no começo do século XX. A história que se voltaria para o político nos anos de 1970 em diante procuraria maneira distinta de agir. Em lugar do acontecimento por ele mesmo, analisaria a dialética entre o acontecimento e a estrutura, a curta e a longa duração; ao estudo de um personagem descontextualizado, passaria a enfatizar a opressão dos desejos, as lutas pelo poder, em determinados grupos e espaços sociais; o imaginário dialogaria com o inconsciente; em síntese, o conjunto das atividades humanas deveria ser tocado pela análise do político, que em alguma medida reivindicava uma condição de história globalizante.

Essa refundação da história política, como a chamou Philippe Tétart, entretanto, só pôde se desenvolver como tal, na medida em que as discussões sobre a linguagem acabaram propiciando contatos interdisciplinares e estratégias discursivas distintas daquelas empregadas anteriormente. Do diálogo que se desenvolveu com a literatura ou a psicologia, para dar um exemplo, viriam desafios para a história de representar situações para as quais não haviam fontes primárias, como os desejos, os sonhos, o imaginário, etc. Essas relações ajudariam a disciplina a desenvolver novos meios que seriam úteis para os rumos da história política, de narrativa factual a estudo interdisciplinar, com ambições globalizantes. Temas interditados tornaram a voga, com os encantos da boa narrativa e de estratégias discursivas. O que dizer do sucesso alcançado pela biografia na história política renovada? Não se pode negar que houve influências.

Contudo, gostaria de lembrar que o termo narrativa, principalmente quando associado a temas políticos, não permite usos ingênuos. O historiador inglês Lawrence Stone apresenta um bom exemplo disso.

Tratando da Revolução Inglesa de 1640, ele demonstra como os historiadores conservadores reabilitaram a narrativa na Inglaterra, com um sentido muito peculiar. Segundo ele, esses historiadores se limitariam a escrever detalhadas narrativas da revolução, negando implicitamente a existência na história de qualquer significado profundo que não fosse o acaso da sorte e da personalidade. Assim, acreditavam evitar ideologias ou idealismos em suas narrativas. Preocupado, Stone se esforçaria por combater esse tipo de historiador,

rebaixando-os à condição de “antiquários empiristas”, e esclarecendo que todo historiador, querendo ou não, opera no âmbito de uma determinada estrutura de modelos e pressupostos ideológicos. Se, por isso, para o autor de “O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”, a historiografia não pode ser científica, ele insiste que não deixa de ser dever do historiador ir além da superfície e da aparência das coisas. Aqueles que não procuram tomar consciência disso, primando apenas pelos encantos literários da narrativa “realista”, arriscam-se a utilizar as ideias sem estudo nem crítica; e, como sabemos, as consequências políticas de tal “ingenuidade” podem ser drásticas. Por isso, acho que as influências da narrativa na história política não foram ou são monolíticas e, em alguma medida, podem até ser perigosas.

Revista: Como o senhor analisa os impactos da narrativa na historiografia?

João Paulo: Os impactos, a meu ver, são múltiplos, diversos. Alguns me parecem positivos, outros nem tanto. Discutir a concepção de narrativa em história, com certeza, ajudou a romper com certa ingenuidade teórica persistente, que consistia em acreditar que, utilizando os documentos certos, principalmente os de origem oficial, seria possível reconstruir o passado tal como ele era. Ora, Michel de Certeau já ensinava que a escrita da história passava por um lugar. Historiadores e teóricos como Paul Veyne, Hayden White e Keith Jenkins, entre outros, destacariam como o texto escrito pelo historiador flerta com a ficção, como disse antes. A vista disso, o saber histórico não pode ser ingênuo. Suas pretensões científicas não podem simplesmente recusar as considerações dos críticos, sem discuti-las. Embora a historiografia não seja apenas um texto, ela precisa, porém, ser avaliada como tal. Mas, afóra esse debate mais tenso, que envolve o estatuto epistemológico da história, acho que o “retorno da narrativa” também chamou a atenção dos historiadores para outro ponto importante, que seria a qualidade literária de seus textos.

Fernando Novais, em uma entrevista, dizia que no final do século XIX e, sobretudo, no XX, quando os historiadores passaram a entender que era seu papel produzir um conhecimento científico, eles também passaram a escrever mal. É claro que isso não é uma regra. Mas, é inegável que as preocupações teórico-conceituais dos textos científicos tornariam a escrita mais densa e complexa que a de tantos cronistas habilidosos de séculos anteriores. O “retorno da narrativa”, nesse sentido, produziu bons frutos. Alguns gêneros, como a micro-história italiana, por exemplo, em que a variação das escalas analíticas de

observação é marcante, incluiria entre suas estratégias analíticas a precisão atraente de uma boa narrativa.

Por outro lado, é preciso lembrar que nem tudo foi positivo. Já antecipei isso no final da resposta anterior. O século XX ficou marcado por grandes transformações tecnológicas, mas também por muitas tragédias. Eric Hobsbawm demonstrou-o, com bastante clareza, em “A Era dos Extremos”. Além das carnificinas das duas guerras mundiais, as diversas experiências autoritárias, ditatoriais e totalitárias, as limpezas étnicas e massacres raciais também deixaram marcas profundas. Diante das inúmeras tentativas de “apagar o passado” feitas por regimes, Estados e indivíduos, a história seria cobrada de uma posição. Atribuir-se-ia ao historiador a responsabilidade de preservar a “verdade” do passado. Mas como o historiador poderia intervir nessa questão se, em decorrência dos debates sobre o caráter narrativo da disciplina, a história poderia ser encarada como uma forma de ficção acerca do passado? Ou seja, o enfraquecimento do estatuto científico da história levou-a a uma posição delicada quanto ao seu papel social. Os debates sobre negacionismos e revisionismos no século XX testemunham isso.

Além do mais, penso que é preciso lembrar também que outros fatores do fim do século tornariam as coisas ainda mais delicadas. A crítica da modernidade, o desmoronamento de utopias e paradigmas interpretativos e a crise do regime de historicidade moderno, frente ao avanço do presentismo, derrubaram as “certezas” constituídas a respeito do curso da história. Pode-se dizer que o peso do passado na explicação do presente diminuiu e o historiador é chamado hoje a uma história presentista, do efêmero, feita sob a pressão da mídia, desprezando os horizontes de expectativas, tão importantes há poucas décadas. Seria a história apenas uma narrativa a mais em um mundo em constante e acelerada mudança?

É claro que nesse amplo cenário de transformações que impactaram a história, o peso das discussões sobre a narrativa é relativo. Mas ele contribuiu, em certa medida, para lançar uma espécie de ceticismo sobre o conhecimento histórico, que traz embutido o risco de torná-lo paralisante.

Ante esse tipo de impacto, concordo com Todorov, quando ele diz que tão importante quanto buscar um saber verdadeiro sobre o passado é a preocupação ética com o bem. O conhecimento histórico, mais do que para erudição ou exigir eterno ressarcimento sobre tragédias ocorridas, deve servir para corrigir os abusos do passado e ter um caráter exemplar no presente. Ou seja, não basta conhecer profundamente e criticar crimes do passado e, ao mesmo tempo, permanecer indiferente aos crimes do presente; enaltecer as vítimas do passado

e nada fazer pelas vítimas que estão próximas temporal e espacialmente. Por isso, a história não pode ser circunscrita ao interior do texto.

Revista: Haveria intersecções entre narrativa e memória nos trabalhos historiográficos?

João Paulo: Marcel Proust, na obra “Em busca do tempo perdido”, e Walter Benjamin, em “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, chamaram atenção para as intersecções entre narrativa e memória. São leituras que influenciaram e continuam a influenciar pesquisadores diversos. Mas penso que o potencial da inter-relação com a historiografia ganhou destaque, principalmente, por meio das reflexões de Paul Ricoeur, no livro “A memória, a história, o esquecimento” (2000). Na realidade, em obras anteriores como “Tempo e Narrativa”, Ricoeur já sinalizava para a questão. Seu raciocínio é complexo, mas, ao mesmo tempo, muito instigante, por isso, se difundiu tão rapidamente.

Em linhas gerais, realizando uma abordagem fenomenológica da memória, Ricoeur argumentaria que a memória é a única forma de abordar o passado capaz de produzir o que ele define como o “pequeno milagre do reconhecimento”. Isto é, a memória, ao trazer de volta uma lembrança do passado, consegue fazer com que a representação presente dessa coisa já ausente seja precisa. Em outras palavras, a imagem que retorna seria fiel a primeira, à experiência original. A relação com o passado pela memória seria, portanto, íntima, senão total. Poderíamos nos reconhecer no que já vivemos. Memória individual ou coletiva, voluntária ou involuntária poderiam nos levar a esse reconhecimento. Por outro lado, isso não significa que a memória não possa falhar. Seu uso comporta abusos e Ricoeur define três tipos principais de abusos da memória coletiva. A memória impedida se dá quando lembranças dolorosas ou traumáticas do passado afetam o ato de recordar. A memória, então, torna-se ferida, ressentida, presa no passado, podendo alimentar ódios e traumas sociais. Há, também, as manipulações premeditadas da memória, como aquelas operadas, por exemplo, nos regimes totalitários. Por fim, não podemos esquecer a memória obrigada, que vemos no anseio comemorativo que hoje visa tudo patrimonializar ou arquivar.

Assim, se a memória é uma forma de contato efetivo com o passado, sozinha ela não pode, no entanto, superar os traumas e abusos envolvidos em sua dimensão pragmática. Para que os supere ela dependerá, paradoxalmente, da narrativa histórica.

Digo paradoxalmente, pois no encadeamento argumentativo de Ricoeur, a história não tem o mesmo potencial que a memória no que se refere ao contato com o passado, ao

“pequeno milagre do reconhecimento”. Segundo ele, a história não tem acesso ao passado senão indiretamente. Na falta de vestígios íntimos, ela tem que se contentar com aqueles que, externos como documentos, testemunhos, objetos, etc., não possibilitam a comparação entre a imagem desenhada na busca historiográfica e a experiência original.

Contudo, essa limitação, na visão de Ricoeur, acaba sendo benéfica à história. Graças a esse distanciamento da experiência viva, ela pode assumir o papel da crítica e até corrigir, desmentir os abusos da memória. Aqui reencontramos um dos pontos de convergência com as reflexões já desenvolvidas por Ricoeur em “Tempo e Narrativa”. Para ele, como dito antes, a narrativa não é um texto fechado em si mesmo. A intriga é mimese, imitação criadora da experiência temporal, que unifica fatos dispersos da experiência. A narrativa imita, recria a temporalidade, e adentra o mundo exterior ao texto, o mundo do leitor, que a reconhece e nela se compreende.

Em “A memória, a história, o esquecimento”, Ricoeur aprofunda então o valor desse retorno do texto ao leitor, à história viva, atribuindo-lhe um papel importante no que concerne à memória. Benjamin, em outra perspectiva, já havia demonstrado a extensão da importância de alguns tipos de narrativa para preservação da memória. É que para Ricoeur, cabe à operação historiográfica realizar o “trabalho de memória”; medir, corrigir a memória. E ele estabelece critérios para isso. O historiador deve agir com base no princípio da equidade. Afinal, é no caminho da crítica histórica que a memória pode encontrar o sentido da justiça. Por isso, pode-se dizer que o historiador de Ricoeur transita entre a figura do médico da memória, que deve contribuir para a perlaboração das situações sociais que geraram traumas e condutas compulsivas, e a do sacerdote, responsável por levar a morte à sepultura, favorecendo a separação entre o presente e o passado quando necessário, de modo que se possa abrir espaço para o futuro. Em certos casos, portanto, os critérios de avaliação devem ser mais terapêuticos que epistemológicos. Tudo isso, porém, só se torna possível à medida que, na visão de Ricoeur, a narrativa histórica alcança o leitor, não se limita ao mundo do texto.

Assim, a memória é feliz para Ricoeur tanto por reconhecer o passado como por contar com o auxílio da narrativa histórica para tornar-se apaziguada, superar os traumas e até alcançar o perdão – que é difícil, mas não impossível. Essa compreensão está na base de trabalhos posteriores ao de Ricoeur, como o de François Dosse, que propõe que para estudar a memória o historiador aprenda e incorpore algumas técnicas psicanalíticas, ou o de Philippe

Joutard, que tem chamado a atenção para os ganhos da aproximação entre história e memória, entre outros.

Revista: Quais são os pontos de tensão da utilização desses conceitos?

João Paulo: No caso de narrativa e memória, penso que as maiores tensões estão relacionadas à crise do testemunho e ao chamado “dever de memória”, como disse um pouco antes. O século XX viveu grandes tragédias, extermínios em massa, campos de concentração, cujos vestígios foram apagados tanto quanto possível por seus responsáveis. Sem provas materiais de algumas das maiores atrocidades já praticadas, restavam os testemunhos orais, que, porém, foram tidos por muito tempo como fontes precárias, uma vez que estariam sujeitos a esquecimentos, deformações e falseamentos. Sendo assim, o esquecimento era uma ameaça real. Da história, então, seria exigida uma posição atuante. Isso levou os historiadores a uma situação complexa e incerta.

Muitos, senão a maioria, passaram a considerar-se como guardiões da memória e, ao mesmo tempo, como juízes imparciais. Esse tipo de posicionamento, por mais justo que possa parecer, tem suas implicações políticas. Hannah Arendt, por exemplo, acompanhando o julgamento de Eichmann em Jerusalém (1961), chamou atenção para os riscos aos direitos individuais de julgar um criminoso sob o peso do “dever de memória”. Eichmann, segundo ela, deveria ser julgado por seus atos e não por todos os sofrimentos do povo judeu ou, ainda, por todos os crimes cometidos pela Alemanha nazista. Os tribunais deveriam ter por função julgar o caso e não escrever a história. Exemplo semelhante é apresentado por Todorov ao demonstrar os excessos nos julgamentos de criminosos da Segunda Guerra, realizados na França nos anos de 1980 e 1990, com o propósito declarado de manter viva a memória. Em nome da justiça teriam sido cometidas novas injustiças.

Por outro lado, não podemos esquecer que os historiadores que radicalizaram a aproximação da narrativa histórica com a ficção e/ou ceticismo tenderam a suspender a responsabilidade política de seu ofício. Em nome da opacidade do passado, renunciaram-se ao compromisso com a verdade que havia nele. Ora, os riscos disso também se tornariam evidentes. Afinal, pode-se duvidar de tudo? A crise do testemunho ameaçaria, assim, transformar o conhecimento histórico em uma escola de suspeita, com destaque para Sabina Loriga.

Roger Chartier, por exemplo, trouxe boas contribuições a esse debate, mas penso que Ricoeur, uma vez mais, aponta uma alternativa promissora a essa tensão. Ao invés do “dever de memória”, ele propõe o “trabalho de memória” como tarefa do historiador. A operação historiográfica não é infalível ou a verdade que apresenta absoluta. Ao contrário, a pesquisa apresentada por um historiador é suscetível de novas interpretações, talvez, mais completas. Porém, a operação historiográfica também não é apenas um saber imaginativo. Ela trabalha com vestígios, métodos e crivos diversos. Ao estudar a memória, o historiador produzirá um texto, uma narrativa. Narrativa essa que deverá voltar ao mundo do leitor, ao tempo do vivido. Realizando a crítica da memória, de seus usos e abusos, analisando distorções e traumas, a narrativa histórica pode ajudar a memória a tornar-se apaziguada e feliz. Trata-se de uma aposta, é verdade. Mas ela me parece necessária em nossos dias, como bem lembrou-me uma aluna, relacionando a discussão de Ricoeur aos recentes impasses em torno do acordo de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o restante do povo colombiano, ante tantos traumas e episódios dolorosos comportados pela memória. O perdão, em alguma medida, será necessário, porém, seria ele possível?

Revista: Na sua visão, trabalhar com narrativa pressupõe interdisciplinaridade?

João Paulo: Sim. O saber histórico pressupõe interdisciplinaridade. Não é de hoje que essa questão incomoda, de certa maneira, os historiadores e penso que haja nisso, para além da própria busca epistemológica de novos instrumentos para a construção do conhecimento, uma disputa por espaço no campo acadêmico. No final do século XIX e início do XX, com a concorrência de novas disciplinas, como a sociologia e a geografia, os historiadores tiveram que refletir sobre o tipo de história que praticavam e, em alguma medida, sobre a efetividade de seu conhecimento na compreensão do social. Ameaçada de perder o prestígio que possuía e de ser tomada como um tipo de conhecimento esclerosado, a narrativa “ingênua” e “acontecimental” da escola metódica foi substituída na França pela chamada história-problema, com pretensões interdisciplinares e de cientificidade, que atendia melhor às pressões do momento, e cujos resultados, aliás, foram bastante significativos em termos de inovação e qualidade.

Curiosamente, porém, pela ação de um novo movimento de dimensões interdisciplinares e de alcance institucional, décadas depois, a dimensão narrativa da história voltaria a pauta. Cruzando as vias da linguística e da antropologia nos anos de 1960, de Lévi-

Strauss e das críticas de Foucault, o estruturalismo destacaria a importância do discurso na compreensão do mundo e, conseqüentemente, no estudo da história. Esta leitura – a que viriam se juntar tantas outras nuances, críticas e desdobramentos –, ganharia corpo nas décadas seguintes, alimentando o debate sobre o caráter da narrativa histórica e sobre os próprios conceitos de verdade e ficção em história. Mais uma vez, a disciplina precisaria sintonizar-se às discussões interdisciplinares para que pudesse atualizar sua dimensão epistemológica e assegurar seu espaço entre os tipos de conhecimentos considerados válidos para a compreensão do social.

Nesse sentido, assim como o conhecimento histórico, a narrativa pressupõe interdisciplinaridade. Afinal, é o contato com outras disciplinas que ajuda a definir os tipos e as formas de narrativas que deverão ser aceitas no campo historiográfico. Daí vem a autorização ou o interdito. Mas, penso que o historiador pode ganhar com isso.

O contato com a literatura, por exemplo, já trouxe ótimos frutos. Mesmo considerando tudo o que dissemos até aqui, não seria nenhum absurdo admitir que as grandes obras de história são também grandes obras poéticas. A escrita histórica, mesmo com ambições e resultados distintos, não deixa de ser uma composição literária. Lembro-me de uma consideração de José Carlos Reis, que dizia que a ficção oferece ao historiador olhos, palavras e imagens, que possibilitam a ele mostrar ao leitor a guerra, o campo de concentração e outros temas delicados, que, porém, não são ficcionais. Ou seja, a narrativa histórica se opõe a ficcional, mas pode se beneficiar dela.

Além disso, a aproximação dos historiadores com a psicologia e a sociologia também tem sido produtiva, como demonstram os pesquisadores que estudam as narrativas biográficas e autobiográficas. Limitada pelas documentações disponíveis, a história, por muito tempo, tendeu a narrar a vida como um percurso linear, homogêneo. Incentivada hoje pela interdisciplinaridade, ela procura estratégias para captar melhor a vida humana, em suas indecisões, acasos e rupturas.

Nessa direção, certas tendências atuais, como a história sociocultural, a das sensibilidades e a micro-história, implicam em tentar encarnar ao máximo o vivido dos atores da história pela escrita, sem perder, entretanto, o sentido da análise. Isso demanda o instrumental histórico, mas também as trocas disciplinares, seja na França, na Inglaterra, na Itália, na Alemanha ou em outros países.

Tais preocupações, ao que parece, têm ganhado maior importância nos últimos tempos, à medida que o refluxo dos grandes sistemas de interpretação e a explosão dos

campos de estudos trazem consigo a reflexão sobre os modos de escrita da história capazes de administrar uma história heterogênea, plural, num relato estruturado e legível.

Revista: Gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre o tema?

João Paulo: Quero apenas agradecer pelo convite para tratar de temas tão interessantes e importantes, sobretudo, em tempos como o nosso, em que o historiador é chamado a ação social e não pode, simplesmente, eximir-se dela.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. SP: Companhia das Letras, 1999.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:__. **Magia e técnica, arte e política**. SP: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BURKE, Peter. História como memória social. In:__. **Variedades de História Cultural**. RJ: Civilização Brasileira, 2000. p.67-89.
- DOSSE, François. A oposição História/Memória. In:__. **História e ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2004. p.169-191.
- HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. SP: Centauro. 2003.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. 2ª ed. SP: Companhia das Letras, 1995.
- JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória? **Escritos/ um**. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, RJ, ano 1, nº 1, p.223-235, 2007.

- LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela C. & SCHMIDT, Benito B. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. RJ: FGV; Porto Alegre: UFRGS, 2009, p.13-37.
- MORAES, José G. Vinci de; REGO, José M. **Conversas com Historiadores Brasileiros**. SP: Editora 34, 2002.
- NORA, Pierre. (dir.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984-1993 (7 vol.).
- PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. 3ª ed. RJ: Nova Fronteira, 2016.
- REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. RJ: FGV, 2010.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997 (3 v.).
- RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p.307-334.
- STONE, Lawrence. O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história. **RH - Revista de História da Unicamp**, nº 2-3, p.13-37, 1991.
- TÉTARD, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.
- WHITE, Hayden. **Meta-história**. SP: EDUSP, 1994.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. SP: EDUSP, 2001.